

PT e PSDB criticam orçamento

A votação definitiva do Orçamento Fiscal da União para 1991 pelo Congresso Nacional foi adiada mais uma vez, por falta de quórum. Como não houve acordo entre as lideranças, apenas 64 parlamentares compareceram à sessão de ontem e a Constituição exige a presença mínima de 248 deputados e 38 senadores para que haja quórum de votação. A obstrução foi promovida pelo PT e pelo PSDB, que condicionam o acordo à aprovação de suas emendas ao projeto. "Essa proposta vai aprofundar mais ainda a recessão no ano que vem", atacou o líder do PT na Câmara, deputado Gumerindo Milhomem (SP).

Numa sessão que se estendeu das 11h às 14h, os deputados petistas ocuparam sucessivamente a tribuna do Congresso para criticar as "distorções" do relatório do deputado João Alves (PFL-BA), relator do projeto. O deputado Luís Eduardo Greenhalgh (PT-SP) denunciou que Cr\$ 49 bilhões da verba de contingência da seguridade social (destinada a casos excepcionais, como calamidades), foram "pulverizados". Ou seja, os recursos aprovados pela Comissão Mista de Orçamento foram alterados "no caminho entre a Comissão e o Prodasen (a gráfica do Senado)", resumiu Greenhalgh.

O parlamentar explicou que o dinheiro, em valores de maio, teve destinação direta para os municípios e estados, "não prioritários num orçamento global para o país". Num trabalho de convencimento, o grupo petista procurou os deputados Raimundo Bezerra (PMDB-CE), Prisco Viana (PMDB-BA) e Miro Teixeira (PDT-RJ), entre outros.

Segundo Greenhalgh, todos acabaram percebendo as alterações feitas pelo relator. João Alves, ainda segundo denúncia do PT, conseguiu aprovar todas as 400 emendas que apresentou ao projeto do governo. O deputado José Genoino (PT-SP) citou outro exemplo de "distorção". Enquanto Maragogibe, no interior da Bahia, tem Cr\$ 2 bilhões destinados ao saneamento público, São Paulo ficou com Cr\$ 300 milhões para o setor habitacional.

Como não há quórum regimental para votação, o PT condiciona seu apoio ao projeto do orçamento à aprovação de uma emenda que altere a destinação dos Cr\$ 750 bilhões — recursos excedentes do orçamento do governo que foram subestimados no projeto original da equipe econômica do governo.